



O USO DA TECNOLOGIA PARA AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Heise Cristine Aires Arêas¹
Saionara Rosa da Cruz²

RESUMO

O presente trabalho apresenta proposta do uso da tecnologia para a ampliação da política de articulação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal Fluminense (IFF). Fruto da experiência de adaptação das ações do IFF aos desafios do distanciamento social imposto pela Pandemia de COVID-19, voltada para a construção de estratégias para a apropriação tecnológica de estudantes, construindo um novo formato de curso para qualificação profissional, para o uso de mídias digitais e sociais orientado à ação empreendedora. A Política de articulação da EJA-EPT tem demonstrado grande êxito quanto às estratégias para o fortalecimento da permanência dos estudantes na relação com os municípios parceiros e o aumento da procura da instituição na perspectiva da continuidade de estudos. Ao construir convênios com as Secretarias Municipais de Educação, a ação se materializa na atuação conjunta onde o IFF oferece o acesso, acompanhamento e certificação dos estudantes ao objeto de aprendizagem; articula com os professores selecionados pelas prefeituras para a formação continuada na perspectiva de tal material; e coordena a gestão das ações. A reflexão toma como ponto de partida a premissa de que a inovação na educação está além dos recursos disponíveis, está nas novas possibilidades de uso das ferramentas, em entender o fenômeno educativo, seus significados e a diversidade de interações possíveis. Adotar a inovação como um processo diz respeito à aplicação de estratégias criativas em resposta a determinadas necessidades originadas no contexto escolar. Nos estudos, a inovação foi entendida como um processo que inclui produtos e atividades técnicas como propostas pedagógicas. Inovar, nesse caso, é uma invenção vinculada ao desenvolvimento tecnológico nas instituições escolares e que está condicionada, em grande medida, ao desenvolvimento econômico. Os municípios selecionaram os professores/tutores para o suporte técnico das atividades em desenvolvimento, que fizeram a mediação entre os estudantes e o ambiente virtual de aprendizagem. A ação permitiu a expansão das ações do IFF em seu território de atuação considerando entre os municípios parceiros e os campi do IFF, e os demais antes não acessados em função do limite geográfico. O trabalho traz implicações sobre as reflexões acerca das políticas públicas de inclusão, expansão e formação de estudantes jovens e adultos ao longo da vida.

Palavras-chave: Política Educacional; Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional; Articulação EJA/EPT; Inclusão.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF - RJ), heiseaires@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF - RJ), saionaraiffbb@gmail.com

INTRODUÇÃO

Apesar de desafiadores, os últimos tempos foram de muito aprendizado. Em um mundo em que uma condição sanitária sem precedentes para nossa geração, nos colocou diante dos desafios do distanciamento social, a necessidade urgente da incorporação do uso das tecnologias como estratégia para as atividades pedagógicas nos levou a reflexões sobre as condições e possibilidades de nossas ofertas educacionais.

Neste contexto, conforme apontado por (WINTER; MARASCHIM, 2021) o ano de 2020 foi marcado por mais uma grande mudança em escala mundial: um vírus totalmente desconhecido, de rápida e assustadora disseminação, o novo coronavírus (Covid-19)³ surge e, com ele, irrompem inúmeras transformações no cenário global, afetando diretamente as classes menos favorecidas, ultrapassando todas as fronteiras, a saúde entra em colapso, a economia e a classe trabalhadora são diretamente atingidas e as relações sociais são completamente modificadas.

Quando o isolamento e o distanciamento social passam a fazer parte do cotidiano global, impossibilitando que muitos busquem sua subsistência, a ausência da interação física nos custa caro. Entretanto, a presença das atividades remotas é algo que não será abandonado tão cedo.

Assim como em vários segmentos, a educação também vivencia uma mudança que determinará os novos rumos do processo de ensino e aprendizagem.

Tratando de particularidades em Educação nos remetemos à EJA, modalidade própria em função de sua trajetória histórica, de suas características e desafios. Mais ainda, a educação, sobretudo, tratando sua articulação para o público da EJA – EPT, a qualificação profissional tem sido espaço relevante para o retorno de jovens e adultos trabalhadores que não concluíram sua educação formal no chamado tempo regular da educação brasileira, ao sistema escolar, representando uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho.

A Política de articulação da EJA-EPT tem demonstrado grande êxito enquanto estratégia para o fortalecimento da permanência dos estudantes na relação com os municípios parceiros e o aumento da procura da instituição na perspectiva da continuidade de estudos. Essa tem sido uma importante porta de retorno para os estudantes da EJA.

³ De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 16 set. 2022.

Os Institutos Federais (IF), integrados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), desenvolvem suas ações de acordo com a política emanada do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Trata-se de um conjunto de instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, integradas aos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Criados pela lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Os Institutos Federais têm por finalidade formar e qualificar cidadãos “[...] com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008a).

Neste sentido, tornam-se um projeto educativo nacional motivado pela necessidade de combate às desigualdades regionais e de promoção do desenvolvimento cultural, social, tecnológico e econômico e torna-se um projeto educativo nacional motivado pela necessidade de combate às desigualdades regionais e de promoção do desenvolvimento cultural, social, tecnológico e econômico.

Notoriamente, a consolidação da institucionalidade dos IFs representa um desafio, pois ao tempo em que constrói sua identidade deverá atender às demandas educacionais na perspectiva de indução do desenvolvimento local e regional. Isso implica estratégias de ação alinhadas aos territórios, reconhecendo suas identidades, mediante diálogo permanente com as demais políticas públicas.

A EPT articula-se, também, com outras modalidades educacionais – a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Especial e a Educação a Distância (EaD), para alcançar públicos com os mais distintos perfis.

Em particular, o uso da tecnologia em ações para a articulação da EJA-EPT do IFF, uma experiência de adaptação do IFF aos desafios do distanciamento social imposto pela Pandemia de COVID-19, construindo um novo formato de curso para qualificação profissional e respondendo às demandas emergenciais do momento, abre novas possibilidades territoriais. Trata-se de uma tarefa nada fácil, para ser colocada em prática da noite para o dia, principalmente, quando estamos falando da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores e todas as especificidades que acompanham esses sujeitos (WINTER; MARASCHIM, 2021).

Entretanto, os limites geográficos tornam-se obstáculos superáveis quando o recurso tecnológico permite a chegada das ações pedagógicas pelo ambiente virtual de aprendizagem (AVA) em municípios em que não há, fisicamente, a presença de campus do IFF. Ao construir convênios com as Secretarias Municipais de Educação, a ação se materializa na atuação conjunta onde o IFF oferece o acesso, acompanhamento e certificação dos estudantes ao objeto de aprendizagem; articula com os professores selecionados pelas prefeituras para a formação continuada na perspectiva de tal material; e coordena a gestão das ações.

Os AVA representam a possibilidade de uma educação com suporte multimídia, que proporciona motivação aos estudantes. Nesse ambiente podem ser disponibilizados os conteúdos digitais, compartilhamento de informações, socialização de conhecimento por meio de fóruns de discussão, comunicação tanto síncrona (chat, entre outros) como assíncrona (mensagem, fórum etc.), desenvolvimento de atividades didáticas como suporte e avaliação, procurando diagnosticar possíveis falhas e promover a interação durante o processo de ensino e aprendizagem.

O Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação do IFF é um espaço para o desenvolvimento de ações relacionadas à educação profissional e tecnológica com o objetivo de ampliar os diálogos necessários à educação com vistas à produção, apropriação e inovação do conhecimento, assumindo o compromisso de contribuir para a qualidade dos processos educacionais da região de atuação do IFF.

Nesse contexto, este trabalho busca provocar reflexões e percepções, pensar criticamente e tomar como ponto de partida a premissa de que a inovação na educação está além dos recursos disponíveis, está nas novas possibilidades de uso das ferramentas, em entender o fenômeno educativo, seus significados e a diversidade de interações possíveis.

Adotar a inovação como um processo diz respeito à aplicação de estratégias criativas em resposta a determinadas necessidades originadas no contexto escolar. Mais especificamente, partindo do todo para o lócus de pesquisa, a investigação tem como foco a articulação da EJA – EPT, como política pública de importante relevância em termos de inclusão social e a sua relação com o mundo do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Do direito à educação

A educação deve ser assumida como compromisso social e político. Prevista na legislação brasileira e, em particular, na LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tal obrigação, está expressa, em particular nos artigos 205, da CF/88, e os artigos 1º e 2º, da LDB/96, em que se lê:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 205, Constituição Brasileira de 1988).

Ainda que a legislação, as políticas e os programas do país considerem a necessidade de ampliação do acesso de jovens, adultos e velhos à educação, a escolaridade média da população continua baixa. O que se observa é que a educação não tem sido uma conquista plena do processo de democratização da sociedade, no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim com a sua conclusão com sucesso, como é o caso dos sujeitos da educação de jovens e adultos.

Dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que aproximadamente 65 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a 15 anos não possuem instrução ou Ensino Fundamental completo e em torno de 22 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a 18 anos possuem Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto (BRASIL, 2010).

Tratando de particularidades em Educação nos remetemos à EJA, modalidade própria em função de sua trajetória histórica, de suas características e desafios. Mais ainda, tratando sua articulação com a Educação profissional. Entre as metas propostas no PNE, a meta 10, especialmente, traz para o debate educacional um destaque para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) indicando que esta deve acontecer em parte de suas ações, articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Quando se trata de assegurar o direito à educação, é incontornável entender a necessidade de integração das políticas públicas, pois a negação desse direito repercute na precarização das condições de vida dos jovens e dos trabalhadores e no agravamento das desigualdades sociais.

Da perspectiva intersetorial para a implementação da política

A articulação entre políticas sociais, no Brasil, tem centralidade desde que a Constituição Federal de 1988 colocou em evidência conceitos como: direitos sociais, seguridade social, universalização, equidade, descentralização político administrativa, controle democrático, mínimos sociais.

A política de educação precisa ser gestada e viabilizada em contextos reais marcados pelas desigualdades sociais e econômicas, pela diversidade sociocultural, pela multiplicidade de interesses e necessidades dos diversos grupos sociais. Por isso, a importância de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, envolvendo de forma ampla e irrestrita agentes e instituições que possam contribuir na definição das estratégias para a solução dos problemas sociais.

Da implementação de iniciativas inovadoras na educação

A reflexão toma como ponto de partida a premissa de que a inovação na educação está além dos recursos disponíveis, está nas novas possibilidades de uso das ferramentas, em entender o fenômeno educativo, seus significados e a diversidade de interações possíveis. Para Monteiro e Smole (2010) adotar a inovação como um processo diz respeito à aplicação de estratégias criativas em resposta a determinadas necessidades originadas no contexto escolar.

Conforme apontado por Tavares (2019) quanto a perspectiva da inovação curricular amparada pelo uso de novos aparatos tecnológicos no ambiente escolar, o trabalho está relacionado nos estudos de Buzato (2010) e Marcelo (2013). Nos estudos, a inovação foi entendida como um processo que inclui produtos e atividades técnicas como propostas pedagógicas. Inovar, nesse caso, é uma invenção vinculada ao desenvolvimento tecnológico nas escolas e que está condicionada, em grande medida, ao desenvolvimento econômico.

Da escolha do empreendedorismo como ferramenta de trabalho

O conceito de empreendedorismo a ser trabalhado inclina-se em como viabilizar propósitos e não simplesmente abrir um negócio. Ou seja, o estudo do empreendedorismo perpassa abordar as características empreendedoras como: independência, autoconfiança, otimismo realístico, perseverança, orientação para metas, articulação de redes de contatos e disposição para correr riscos. (LOPES, 2010).



Dessa forma, a apropriação tecnológica, na perspectiva do empreendedorismo, além de aplicar os sentidos de inclusão digital, assume um espaço gerador porque promove efeitos de circulação de uma mesma tecnologia entre pessoas/grupos diferentes que, tomando-a como sua, usam-na para produzir e superar desigualdades dentro do grupo e/ou entre grupos.

Da tutoria na atuação da mediação pedagógica

A mediação no processo pedagógico colabora na identificação e busca de soluções para as dificuldades e problemas encontrados pelos cursistas, ajudando-os na conquista da sua autonomia. As funções da mediação pedagógica são múltiplas: além de propiciar a interação e de atender à demanda dos cursistas, apoiando-os em conteúdo específico, é também um elemento incentivador.

Os cursistas podem interagir por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem com os mediadores, encaminhando mensagens, postando dúvidas nos fóruns de discussão e em espaços organizados nas escolas para atividades presenciais combinadas com os grupos.

METODOLOGIA

Através da construção de convênios com as secretarias municipais de educação, a ação se materializa na atuação conjunta onde o IFF oferece o acesso, acompanhamento e certificação dos estudantes ao objeto de aprendizagem. Paralelamente articula com os professores selecionados pelas prefeituras para a formação continuada na perspectiva de tal material.

Os municípios selecionaram os professores/tutores para o suporte técnico das atividades em desenvolvimento, que farão a mediação entre os estudantes e o ambiente virtual de aprendizagem onde estarão disponibilizadas as atividades e materiais produzidos para o curso.

Os cursistas podem interagir por meio do AVA com os mediadores e com os docentes, encaminhando mensagens, postando dúvidas nos fóruns de discussão, entre outras possibilidades.

Os objetos de aprendizagem produzidos pelos professores do grupo de trabalho serão disponibilizados no AVA do IFF (Moodle), que articula os professores da rede municipal para a mobilização das turmas e as atividades de tutoria.

Os materiais são construídos pelos docentes em conjunto com a equipe multidisciplinar, permitindo desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica,

acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação.

A construção dos vínculos pessoais, fundamental no processo educativo, está garantida na presença dos professores mediadores, selecionados pelos municípios parceiros, para o suporte técnico das atividades em desenvolvimento, que farão a mediação entre os estudantes e o AVA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado desse trabalho, foi realizada a criação de um curso com a integração do Centro de Referência Técnica, Informação e Comunicação Educação do IFF, que concedeu certificados profissionais.

Ao final da implantação da primeira oferta do Curso FIC sobre Empreendedorismo em Mídias Sociais Digitais nos municípios parceiros, recebemos uma avaliação geral dos componentes que compõem o projeto, onde o grande benefício que teve foi destaque pelo público-alvo e o cumprimento do propósito geral e específico proposto, apesar de alguns problemas, como a falta de espaços escolares em alguns municípios.

Portanto, o objetivo geral do curso proposto foi alcançado na sua totalidade capacitando os estudantes da EJA nas ideias e conceitos do uso da Comunicação Digital e Social voltada para as práticas do empreendedorismo, onde eles possam estar desenvolvendo a criatividade e a perspicácia empreendedora necessárias aos gestores voltados para o atendimento das necessidades da região, para utilizar estratégias de marketing voltadas aos negócios por meio do uso dos meios de comunicação digital.

O Comitê de Implementação do Programa foi criado para iniciar a elaboração do curso mediante agendamento na Portaria⁴.

O Curso de Empreendedorismo em Mídias Sociais Digitais FIC foi ofertado em 2022, por meio do Convênio de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal Fluminense e as Secretarias de Educação, Cultura e Esporte dos onze municípios parceiros. Durante a sua realização, o curso contou com a participação de 27 colaboradores das onze prefeituras parceiras e com colaboradores do Instituto Federal Fluminense.

⁴ Portaria IFF n.º 629, 5 de outubro de 2020 que Institui a Organização Organizadora e Sistematizadora do Projeto Pedagógico do Curso FIC de Empreendedorismo em Mídias Sociais Digitais. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/portarias/reitoria/gabinete/2020/outubro/portaria-3>. Acesso em: 16 de set.2022.



Ao final da implementação da primeira rodada do Curso FIC de Empreendedorismo em Mídias Sociais Digitais nos municípios parceiros, obtivemos uma notável avaliação geral dos componentes que integram o projeto, no qual foi destacado o cumprimento do objetivo geral e específico proposto.

Dos 884 alunos inscritos, apenas 222 foram aprovados, ou seja, finalizaram o curso com êxito pouco mais de 25%. Apesar de não ter havido grandes números de aprovados no curso, obtivemos grandes aprendizados e ideias de melhorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do percurso aqui exposto, o conjunto de reflexões, percepções e análises deste trabalho, impactado diretamente pela influência da pandemia por Covid-19, que provocou entre outros desafios o isolamento social, necessitando de reformulações e adaptações no decorrer do processo, voltou-se para as transformações vivenciadas pelos trabalhadores-estudantes que acessam a política de EJA-EPT no IFF, no período de 2020-2021, e pelos trabalhadores professores neste contexto e para além dele.

Propor políticas EJA/EPT ainda no Ensino Fundamental ao mesmo tempo em que pretende fortalecer a permanência e êxito dos estudantes nesta etapa da Educação Básica apresenta e identifica os possíveis potenciais sujeitos para traçar seu perfil para os cursos técnicos de nível médio na modalidade EJA do IFF.

Entendemos, por conseguinte, ser essencial conhecer a realidade educacional na qual está inserida significativa parcela da sociedade brasileira para, a partir das investigações e constatações realizadas, atuar sobre a realidade e transformá-la.

Nessa direção, o objetivo a ser alcançado é o de transformação da realidade educacional em favor dos trabalhadores e trabalhadoras que almejam melhores condições de educação e trabalho, coerentes com as transformações da sociedade contemporânea.

A ação permitiu a expansão das ações do IFF em seu território de atuação considerando entre os municípios parceiros e os campi do IFF, e os demais antes não acessados em função do limite geográfico.

O trabalho traz implicações sobre as reflexões acerca das políticas públicas de inclusão, expansão e formação de estudantes jovens e adultos ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

AREAS, Heise Cristine Aires; SILVA, Maria Lúcia Ravela Nogueira da.; FONSECA, Paola Barros de Faria; JULIO, Valdeir de Souza. **Por uma escola possível ao trabalhador: a construção do Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica - um itinerário Formativo no Campus Avançado São João da Barra** In: O enigma da permanência na educação: incursões técnicas e metodológicas para a investigação. 1ª ed. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019, v.01, p. 85-96. ISBN: 978-85-5635-084-8.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 292 p., 1988.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Cultura digital e apropriação ascendente: apontamentos para uma educação 2.0. Educ. rev. [online].2010.

LOPES, R. M. A. **Referenciais para a educação empreendedora.** In: LOPES, R. M. A. (Org.). Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier: São Paulo: SEBRAE, 2010.

MARCELO, Carlos. **Las tecnologías para la innovación y la práctica docente.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 25-47, 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/03.pdf. Acesso em: 05 agosto. 2022.

TAVARES, F. G. de O. O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária. *Educação*, 44, e4/ 1–19. <https://doi.org/10.5902/1984644432311>. 2019.

WINTER, Shirley Bernardes; MARASCHIN, Mariglei Severo. **Eja–Ept: A Pandemia Covid-19 e o agravamento da Crise Capitalista.** EJA em Debate, v. 10, n. 18, p. 40-51, 2021.